

Contribuições da Universidade de São Paulo - USP ao Fórum Nacional de Educação Superior – MEC/SeSu

Considerando a solicitação da Secretaria do Ensino Superior, MEC, e da Câmara da Educação Superior, CNE, promotores do Fórum Nacional de Ensino Superior – FNES, a ser realizado entre 24 e 26 de maio de 2009, em Brasília, com vistas à elaboração de documento-base que subsidiará a delegação brasileira no Conselho Mundial de Educação Superior, CMES, a ser realizada em Paris, 2009, a Universidade de São Paulo, USP, inicialmente manifesta sua concordância com as diretrizes gerais expressas no *Documento Referência para o Fórum Nacional de Educação Superior*, e apresenta a partir de sua política, diretrizes e ações, contribuições aos três eixos temáticos do referido documento: *Democratização do Acesso e Flexibilização de Modelos de Formação; Elevação da Qualidade e Avaliação; e Compromisso Social e Inovação.*

I. Democratização do Acesso e Flexibilização de Modelos de Formação

Coerente com a valorização do princípio de que o ensino superior é um bem público e a universidade, uma instituição social, a USP tem ampliado vagas e desenvolvido ações com vistas à maior inclusão social com a criação do Programa de Inclusão Social da USP (INCLUSP), concebido a partir da preocupação da Universidade com as barreiras socioculturais que dificultam o acesso e a permanência de jovens de segmentos menos favorecidos da sociedade aos cursos de graduação. O jovem que tem acesso a uma educação de melhor qualidade tende a chegar ao vestibular melhor preparado do que aquele que não teve a mesma oportunidade, vencendo assim a disputa por uma vaga na universidade. Já as famílias de menores faixas de renda têm na escola pública uma das poucas alternativas para a escolarização de seus filhos, e é notória a deterioração da qualidade da educação pública no Brasil. A grande maioria de estudantes do Ensino Médio (cerca de 85%) cursa escolas públicas, mas, no momento do ingresso nas universidades públicas, essa proporção inverte-se. Em 2006, por exemplo, estudantes oriundos do Ensino Médio público representavam apenas 24,7% dos ingressantes na USP. O

egresso da escola pública tende a se sentir desestimulado a prestar o vestibular em razão de suas poucas chances de aprovação.

Denota-se, portanto, que as condições socioeconômicas dos candidatos têm influência preponderante nas possibilidades de acesso à universidade. Por essas razões, a USP criou o Programa de Inclusão Social da USP – INCLUSP, cujo objetivo principal é ampliar progressivamente o percentual de ingressantes que cursaram integralmente o Ensino Médio na rede pública de ensino, sem comprometer o critério de mérito acadêmico como legitimador desse processo, e não inclui cotas étnicas. Trata-se de um projeto de longo prazo com medidas que alcancem o candidato ainda antes do vestibular, durante o Ensino Médio, além de alterações no processo seletivo. A concessão de um bônus de até 12% tem contribuído para a elevação dos percentuais desses estudantes. O bônus inclui o desempenho do estudante no ENEM, o que contribui para valorizar esse exame nacional. Considerando a cultura de auto-exclusão presente nas escolas públicas, a universidade criou o Programa de Avaliação Seriada com o objetivo de se aproximar cada vez mais do estudante do ensino público, incentivando-o a conhecer a universidade pública e colocá-la em suas perspectivas de futuro. Esse programa traz inovações que merecem serem debatidas, em suas possibilidades de inclusão social, com demais universidades da América Latina e Caribe.

As políticas de bolsas socioeconômicas e de pesquisa, além de vários benefícios, como garantia das condições básicas para que esses estudantes permaneçam na universidade e se insiram em seus cursos, também se configuram como tema importante nessa agenda. O apoio à permanência e à formação é central em programas de inclusão.

II. Elevação da Qualidade e Avaliação

A universidade é uma instituição educativa cuja finalidade é o permanente exercício da crítica, que se sustenta na pesquisa, no ensino e na extensão. Ou seja, na produção do conhecimento a partir da problematização dos conhecimentos historicamente produzidos e de seus resultados na construção da sociedade humana e das novas demandas e desafios que esta coloca.

Essa compreensão do significado da universidade permite indicar as principais finalidades de seus cursos de graduação, que são a criação, o desenvolvimento, a transmissão e a crítica da ciência, da técnica e da cultura; a preparação para o exercício de atividades profissionais que exijam a aplicação de conhecimentos e de métodos científicos e para a criação artística; e o apoio científico, técnico e ético ao desenvolvimento cultural, social e econômico da sociedade.

As características do ensinar na universidade exigem uma ação docente diferenciada da tradicionalmente praticada. Na docência, como profissional que realiza um serviço à sociedade, o professor universitário precisa atuar de forma reflexiva, crítica e competente no âmbito de sua disciplina, explicitando seu sentido, seu significado e sua contribuição no percurso formativo dos estudantes e no projeto político-pedagógico dos cursos, coletivamente consensuado e vivido no cotidiano do ensino e da pesquisa. Projeto esse que é estabelecido a partir do diálogo com o Projeto Político-Pedagógico Institucional que confere a identidade de cada curso, considerando as demandas da sociedade contemporânea em geral e no contexto do campo de ação próprio das áreas de saber envolvidas.

Na sociedade contemporânea, o ensino de graduação encontra-se fortemente submetido à lógica do mercado e do consumo, configurando o que alguns autores denominam um processo *fastfoodização* da universidade (Boxus, Debry, Leclercq, 1998. *De nouveaux défis pour la pédagogie universitaire*, LECLERCQ, D. *Pour une pédagogie universitaire de qualité*. Sprimont. Belgique. Mardaga), cujas características podem ser assim resumidas: uma imensa usina de produção onde os estudantes são considerados apenas como elos do sistema; a aprendizagem é rápida e ligeira, sem muito esforço, para obter créditos e diplomas; o processo de formação não é mais do que um supermercado no qual as disciplinas estão dispostas em gôndolas, à escolha do estudante, e disponibilizadas conforme a decisão individual dos docentes ou departamentos; a carreira acadêmica dos professores (publicar muito e o mais rápido possível) tem primazia em relação à formação dos estudantes; a cultura acadêmica e a cultura dos jovens ficam separadas por um fosso intransponível.

Há que se criar uma nova cultura acadêmica nos cursos de graduação na universidade que considere: o direito do acesso à formação que garanta aos estudantes o desenvolvimento de uma postura frente ao saber, que supere a especialização estreita, problematize as informações e garanta a sua formação como cidadão e profissional cientista comprometido com a aplicação do conhecimento em prol da melhoria da qualidade de vida de toda a sociedade. Uma nova cultura acadêmica que valorize o trabalho dos docentes na graduação tanto quanto é valorizada sua atividade de pesquisa.

Essas características colocam alguns desafios que acreditamos comuns às Universidades Latino-Americanas e do Caribe e que poderão ser enfrentados com a constituição de redes temáticas para o desenvolvimento de projetos conjuntos, respeitadas as especificidades e identidades regionais e locais.

Programas vêm sendo desenvolvidos em várias universidades no país, inclusive na USP, e em outros países, que mostram diferentes perspectivas para a superação de alguns dos desafios como:

- . apoio à internacionalização da graduação;
- . ampliação do acesso à pesquisa na graduação, através de programas como Iniciação Científica, Ensinar com Pesquisa, Iniciação à Docência, e outros;
- . apoio à melhoria de laboratórios e salas ambiente, de infra-estrutura de informática para uso dos estudantes de graduação, a aquisição de livros e outras mídias consideradas básicas para as disciplinas da graduação, e em quantidade adequada para a utilização pelos estudantes;
- . apoio a propostas e programas para experimentação de novas formas de organização curricular, novas formas de ensino na universidade; de organização departamental e não-departamental, novos modelos pedagógicos para o ensino noturno, para ensino presencial e não-presencial, com apoio às relações midiáticas professor/aluno/turmas;
- . apoio à formação de docentes para o ensino Superior nos cursos de pós-graduação e a criação de programas institucionais de pedagogia universitária;
- . implementação e desenvolvimento sistemático da avaliação de cursos na universidade, que dialogue internacionalmente;

- . implementação do portal de egressos como subsídio à elaboração/revisão dos projetos político-pedagógicos dos cursos de graduação;
- . apoio a editoras universitárias e produção de livros didáticos para a graduação.

No que se refere a Educação a Distância:

- . ampliar nas universidades as formas já existentes de comunicação a distância, internamente e externamente, com outras universidades do país e do mundo; com os sistemas de ensino e o mundo do trabalho, por meio de estratégias interativas das novas tecnologias da Informação;
- . disponibilizar em redes internacionais as aulas da graduação, conferências, simpósios etc. que ocorrem nos espaços das universidades; criação de programas gratuitos de formação contínua para professores das redes públicas de ensino.

Avaliação e Planejamento Institucional

A USP tem entre as suas diretrizes centrais a ampliação da excelência acadêmica em todas as suas atividades, incluindo as de gestão acadêmica. Busca-se a excelência com equidade e responsabilidade social. Esse cenário se expressa através de princípios em acordo com os propostos pela CRES 2008, e inclui como metas: a internacionalização ampla, a excelência na pesquisa e na formação acadêmica, a busca da diversidade, de sólida interação com a sociedade, e o planejamento e a melhoria da gestão institucional.

Nesse sentido, a avaliação institucional é um processo de diagnóstico e planejamento que combina auto-avaliação com avaliação externa, nacional e internacional, e que gera planos de desenvolvimento institucional (das Unidades e Departamentos) com metas e indicadores de acompanhamento estabelecidos. Essas metas articulam-se cada vez mais com metas globais da Universidade sugerindo a eficácia dos esforços no sentido de consolidação de uma cultura interna de avaliação que inclui ainda a avaliação do impacto de projetos centrais das pró-reitorias nas Unidades e Departamentos, tanto em atividades acadêmicas como nas de gestão.

O desafio que se coloca, e que merece uma discussão global na América Latina e na CMES, é o estabelecimento de indicadores que possam, respeitadas as especificidades, dar conta da avaliação da qualidade acadêmica institucional de forma global, considerando as responsabilidades sociais de cada país.

Ainda, no contexto regional Latino-Americano e do Caribe, faz-se necessário para viabilizar a colaboração e a integração regional o estabelecimento consensual de critérios mínimos de acreditação de cursos e títulos em ambos os níveis, de Graduação e Pós-Graduação. Nessa direção é preciso envidar esforços para a articulação de sistemas nacionais e regionais de avaliação e credenciamento combinados com fomento.

III. Compromisso Social e Inovação

Inovação Tecnológica e Recursos Humanos

A nova sociedade do conhecimento anseia por profissionais altamente qualificados e desta forma depende de suas instituições-chave como as universidades. Além disso, a agilidade na divulgação e agregação do conhecimento tem sido fator preponderante para novos desenvolvimentos.

A busca pela excelência e modernidade da pós-graduação deve ser pautada em ações que venham dar qualificação sustentada ao sistema.

A pós-graduação é a base para a formação de recursos humanos necessários ao desenvolvimento da ciência, da tecnologia e da cultura tendo como *célula-mater* os pesquisadores, grupos de pesquisa e seus alunos de mestrado e doutorado. Uma maior inserção internacional é fundamental, mas, para ser mais eficaz, só será alcançada com uma intensificação na colaboração das pesquisas de qualidade realizadas pelos docentes e estudantes tanto de mestrado quanto, e principalmente, de doutorado, com teses realmente inovadoras e trabalhos de fronteira.

À medida que nossas interações com outras universidades e centros de pesquisa do exterior se intensificam, as cooperações dos grupos de pesquisa nesse cenário se caracterizam em dois pólos: interações sul-sul e sul-norte. De

qualquer forma os dois pólos se fundem em complementaridade no ambiente da pós-graduação.

Tendo como diretrizes a internacionalização da pós-graduação, a adoção de sistemas complementares de avaliação, a expansão qualificada, com apoio à interdisciplinaridade, a busca de maior interlocução com agências de fomento e com os setores empresariais, com vistas à concessão de bolsas, a adoção de programas de professores visitantes e de estágios docentes de curta duração no exterior, pode-se atingir patamares mais elevados de qualidade da Pós-Graduação, de forma global.

Deve-se reforçar o intercâmbio bilateral com instituições do exterior envolvendo reciprocidade de alunos e pesquisadores das instituições cooperantes, co-financiamento e co-tutela. Para tal compartilhamento, a existência de financiamento e o apoio à apresentação de projetos de captação de recursos nas agências de fomento internacionais é imprescindível. No âmbito nacional, ações junto aos órgãos de fomento devem ser implementadas para intensificar os convênios e cooperações interinstitucionais, ampliando os instrumentos de incentivo à mobilidade dos docentes e alunos.

Um bom sistema de indicadores é fundamental para a formulação de políticas e estratégias institucionais e incremento de intercâmbio, e, desta forma, a avaliação institucional da pós-graduação deve ser estimulada, como complementar à de órgãos externos na Universidade, estabelecendo novos critérios de avaliação pautados na produtividade com qualidade e excelência dos produtos dos programas de pós-graduação. Nesse particular, a visibilidade da pós-graduação deve ser acompanhada por um banco de dados de seus egressos. A Universidade deve reconhecer a diversidade das áreas sem renunciar do alto padrão de qualidade.

O conhecimento produzido nas Universidades de Pesquisa é instrumento de desenvolvimento social e econômico. Nesse sentido a necessária inserção da Universidade junto aos diversos setores industriais, governamentais ou sociais, mais amplos, e para isso necessita de estruturas e instrumentos adequados. A USP, nessa direção, implementou estruturas como a Agência de Inovação Tecnológica, Cursos de Empreendedorismo, Parques Tecnológicos e outros, com resultados importantes na obtenção e licenciamento de patentes. Esse é

um tema transversal para as Universidades não só da América Latina e Caribe, mas de forma diferente, para o mundo todo, e deve estar mais presente em acordos de cooperação internacional.

A mobilidade docente e discente, bem como a criação de redes de colaboração, a colaboração em projetos em áreas estratégicas de ponta podem se beneficiar de processos de intercâmbio mais constantes, eficientes e articulados, de colaboração regional e sub-regional envolvendo colaboração mais simétrica norte-sul, tema oportuno que deveria constar da agenda para a conferência de Paris.

A propósito da inovação é preciso considerar ainda o papel da pós-graduação.

O número de doutores formados no Brasil (e em alguns países da América Latina) é significativo, nacional e internacionalmente, mesmo quando comparado a países como os Estados Unidos.

Trata-se de um capital humano com grande potencial de contribuir para o avanço científico e a inovação tecnológica, potencial que não se realizará se esses doutores não tiverem empregos e formação adequadas ao processo de desenvolvimento e inovação. A contribuição do sistema de formação para o processo de inovação está ainda aquém do seu potencial.

Diante disso é necessário expandir o número de Doutores e orientar a sua formação com base em necessidades do mercado de trabalho além de considerar apenas as tendências futuras do desenvolvimento científico e tecnológico. Ainda não há, porém, uma avaliação completa sobre a forma de absorção e aproveitamento dos Mestres e Doutores no mercado de trabalho ou sobre a sua contribuição para o sistema produtivo nacional.

Ações para o mapeamento dos doutores, o seguimento dos egressos tem importância na elaboração de políticas nacionais e regionais para a pós-graduação e a USP está iniciando esse acompanhamento. A experiência de outros países apresentada e discutida na CMES, seria importante subsídio.

Formação de Professores para a Educação Básica

A formação de professores para o ensino fundamental e médio tem sido um dos gargalos na qualificação nesses níveis de ensino, tema que poderia fazer

parte dos debates na CMES, fórum que é uma oportunidade importante para o conhecimento de experiências bem sucedidas em outros países.

Com o desafio de superar a fragmentação na formação de professores para a Educação Básica, tradicionalmente configurada pela soma do bacharelado nas áreas específicas e a licenciatura na área pedagógica, a Universidade de São Paulo implementou o Programa de Formação de Professores (PFPUSP). Sua característica principal e inovadora é a de considerar a formação de professores como um projeto político-pedagógico organicamente definido e desenvolvido conjuntamente pelas unidades que oferecem as disciplinas específicas e as da área pedagógica, e entende que a formação deve se iniciar nos cursos de bacharelado ou mesmo já como escolha no vestibular. Considerando a importância do contato do estudante com a escola pública, os estágios são realizados desde o início do curso e em convênios com o sistema de ensino, o que favorece a construção de sua identidade de futuro professor.

Com esse programa a universidade vem consolidando sua experiência frente a esse desafio, presente em diversas universidades. A formação de professores para a Educação Básica, como se sabe, constitui uma das principais preocupações de políticas públicas governamentais que têm mobilizado esforços para o desenvolvimento de programas para o atendimento das demandas sociais na área, incluindo políticas para a formação inicial, contínua e para a melhoria das condições de trabalho e de valorização do magistério. Na América Latina esses são problemas candentes e merecem concentração de esforços de governos, de universidades e de agências de fomento para serem superados e deveriam ser financiados em forma de projetos internacionais colaborativos.

Considerações Finais

Resumindo, é oportuno reafirmar:

- a) A importância de uma participação ampliada no CMES em Paris para que possa haver um debate mais amplo sobre problemas e teses relativas à Educação Superior em nosso continente.

- b) A importância do estabelecimento de uma agenda regional com financiamento definido pelos diversos países envolvendo as iniciativas já em andamento por meio de diversos consórcios universitários
- c) Necessidade do estabelecimento de políticas de avaliação e de uma cultura de avaliação considerada como forma de planejamento e desenvolvimento institucional, incluindo aspectos acadêmicos e de gestão com indicadores definidos regionalmente.
- d) Implementação de políticas de compromisso com a produção de conhecimento científico, bem como com inovação tecnológica e com a elaboração de pesquisas para subsidiar as políticas públicas.
- e) A responsabilidade da Universidade com relação à integração entre todos os setores de ensino e com a formação de professores para o ensino básico, como forma de qualificação e valorização desse nível.
- f) Apoio a programas de internacionalização com vistas à colaboração científica e tecnológica, cooperativa, com desenvolvimento de projetos comuns de interesse regional e global, em áreas estratégicas.
- g) A urgência de uma regulamentação mais explícita e efetiva relativamente à comercialização do ensino superior entre países nos quais o ensino vem sendo considerado como “serviço” comercial.
- h) Apoio à integração das editoras universitárias, a importância da produção de livros didáticos.
- i) Disseminação, apoio e defesa da autonomia de gestão administrativa e financeira além da liberdade acadêmica.